

Significações pedagógicas do conceito de natureza em Rousseau

Pedagogical meanings of the concept of nature in Rousseau

Moacir Pokojeski*

Resumo: O objetivo do presente estudo é mostrar algumas fontes que serviram de inspiração para Rousseau formular sua teoria de homem bom em seu estado natural. A partir dessa reflexão trazer alguns apontamentos significantes para a pedagogia atual no que tange o respeito pelas fases do desenvolvimento natural do ser humano. Educar o ser humano para se auto governar, condição essa para bem governar os outros, tendo presente que o aprendizado também acontece pelos sentidos e não somente pelos discursos racionais moralizantes.

Palavras-chave: Rousseau. Educação natural. Respeito pelas fases do desenvolvimento humano. Capacidade de se auto determinar.

Abstract: The objective of this study is to show some sources that inspired Rousseau to formulate your theory of man in its natural state. Based on this discussion with some significant trends for the current pedagogy regarding respect for the natural stages of human development. Educate the human being to self-govern, and this condition to govern the others. The learning also happens through the senses and not only for rational moralizing discourses.

Keywords: Rousseau. Natural education. Respect for the stages of human development. Self-determination.

1 Introdução

Muitos pensadores tentaram descrever o homem em seu estado natural. Seria ele fonte de bondade por essência ou não? Essa questão dividiu vários estudiosos, atribuindo-lhes várias conotações a seus intérpretes. O presente trabalho tem o propósito refletir sobre o conceito de natureza na filosofia de Rousseau. Para isso a análise centra-se na leitura da obra *Emilio ou da educação* publicada em 1762, e nos estudos e reflexões de *Claudio Almir Dalbosco*. A hipótese aqui defendida é de que o conceito de natureza não é apenas um retorno ao estado natural que lhe atribuiu o título de *filosofo do bom selvagem*, mas sim, uma análise de pelo menos duas conotações diferentes: uma interna e outra externa. Isso nos leva a formular alguns questionamentos. Como se deve ler o conceito de natureza em Rousseau? Qual é o modo mais acertado de se dizer o conceito de natureza em Rousseau? Essas questões intrigaram seus interpretes ao longo dos tempos e, no entanto, o homem natural de Rousseau entrelaça-se com liberdade e, sobretudo com felicidade.

O estado de natureza e o estado de felicidade em Rousseau são partes simbióticas. A passagem do homem natural para o homem social consiste em não perder a felicidade, mas em aprimora-la, pois o ser humano nasce livre e feliz por excelência e jamais o social devera

* Graduando do Curso de Filosofia da Universidade de Passo Fundo (UPF).

acorrenta-lo. A educação natural deverá aprimorar o homem para todas as circunstâncias, inclusive para não perder a liberdade nem a felicidade que lhes são inatas. Rousseau preocupa-se em caracterizar o *ser* da criança, encontrando assim vestígios de que o homem é bom em seu estado natural e o ambiente natural também pode o torna-lo bom. Ao fazer isso, ele descreve um novo modelo social indicando como deveria ser a nova sociedade educada a partir de princípios naturais. Pois uma vida bem regrada a partir da natureza seria equilibrada e dotada de pleno sentido. Então Rousseau faz uma crítica dura à educação escolástica atribuindo-lhe o título de *educação bárbara*, pelo fato de tratar a criança como um adulto defeituoso, que não respeitava as fases de desenvolvimento natural.

Este artigo será dividido em duas partes. Num primeiro momento serão delineadas algumas fontes que serviram de inspiração para Rousseau formular a ideia de natureza. Bebendo das fontes da antiguidade Rousseau busca energia para lapidar seus conhecimentos no estoicismo e na filosofia platônica, preservando assim um sentido normativo de natureza como ordem racional de bondade, verdade e beleza, reafirmando a ideia de natureza como ordem boa em si mesma. O contexto moderno abrilhanta seu raciocínio através do sentido científico de natureza, onde se constitui por forças legais próprias que não dependem do exterior, mas sim, do próprio sujeito que conhece. Dessa vertente Rousseau mantém a ideia de natureza como regularidade imanente a cada coisa. Certamente essas duas fontes permitiram a Rousseau fomentar a ideia de natureza como lei do desenvolvimento individual.

Dessa forma, se trata o *Emílio*, aluno imaginário de Rousseau, como um marco para a mudança da pedagogia moderna e contemporânea, já que sob esse ponto de vista, trará pressupostos para definir o desenvolvimento humano através do desenvolvimento natural¹ do aprendizado. Através de seu aluno imaginário educar o ser humano para ser homem que consiga governar-se a si mesmo, condição essa para bem governar os outros. Isso será possível, caso sejam respeitadas as mais variadas etapas da maturação infantil, de forma que a educação seja capaz de auxiliar o ser humano a tornar-se sujeito capaz de auto determinar-se.

2 Fontes que inspiraram Rousseau sobre a ideia de bondade humana

No início da obra *Emílio ou da Educação*, Rousseau traz a ideia de homem bom em seu estado natural. Porém essa bondade se degenera nas mãos do próprio homem tendo a necessidade de educar (adestrar). Rousseau se apropria da ideia de bondade humana na

¹ O termo desenvolvimento natural um pouco mais tarde será traduzido por desenvolvimento cognitivo.

filosofia da antiguidade, principalmente em Sêneca. Agregando um duplo sentido no conceito de natureza com o propósito de fazer uma crítica ao homem de sua época degenerado por uma sociedade corrompida e, por outro lado, para justificar a própria ideia de bondade humana em seu estado natural. Herdeiro da filosofia antiga traz a ideia de ordem cósmica em sua teoria filosófica. Em Dalbosco lemos:

O que denomino de linha geral está contido por duas ideias básicas em relação ao cosmo: a) de que é um organismo inteligente constituído por uma razão universal e; b) de que, sendo racionalmente harmônico, tende para o bem. Portanto, o cosmos é em si mesmo um organismo inteligente e bondoso. (2011, p. 37)

Essa dupla concepção atribui à natureza o papel de um modelo normativo a ação humana. Neste sentido, há a necessidade de descobrir como pode a ação humana inserir-se nesta ordem universal bondosa ou ainda, como sair de um logos mitológico para um logos filosófico. Ao contrario de muitos interpretes o conceito de natureza em Rousseau traz consigo um cunho de razão e não unicamente divino. Herdeiro da filosofia antiga, sobretudo, de Sêneca, incorpora ao conceito de natureza a ideia de razão como virtude da alma, que por sua vez, poderá ser traduzida por excelência. Virtude da alma na filosofia antiga carrega consigo um sentido metafísico, ou seja, a maneira de ser completa de uma coisa, mas carrega também um sentido racional e moral como sendo o modo permanente de um sujeito ser e viver de forma sadia. Ainda dessa mesma corrente Rousseau vai incorporar a ideia de interioridade. O papel normativo da natureza na filosofia de Sêneca traz a ideia de interioridade humana, da mesma forma, como ela está para o centro da interioridade no mundo. Pelo fato do homem ter consciência de sua própria finitude, a filosofia estóica introduzirá o conceito normativo como uma forma de acalento.

Sêneca herda este problema da tradição estoica anterior: Ao tratar da condição humana e de seu lugar na infinita ordem cósmica, a filosofia estoica depara-se com o problema da finitude da existência humana. Neste contexto, atribui-se à natureza força normativa para acalantar o horror humano diante da morte. (DALBOSCO, 2011, p. 67).

Utilizando-se desse recurso do caráter normativo Sêneca tenta amenizar a tensão entre o agir humano e a tranquilidade da alma. “Para não correr o risco de anular a ação humana pela tranquilidade da alma que a tornaria a ser um equivoco, a ação não significa só destempero ou impulsividade e tranquilidade não significa imobilismo ou passividade”. (DALBOSCO, 2011 p. 68). Através dessa reflexão percebe-se que é possível o agir humano

mesmo na tranquilidade da alma. O estoicismo tenta justificar o próprio sentido da vida humana. Para eles a vida deveria ser dotada de pleno sentido. Eles não tinham a concepção cristã de outra vida além dessa, então a própria vida teria que valer a pena, sem deixar cair na desgraça. Assim afirma Dalbosco:

A preocupação de fundo consiste em como planejar e organizar a vida de tal forma que se possa, enquanto ainda há tempo, torna-la digna de ser vivida. Poder-se-ia perguntar o que significa ser feliz e se não deveríamos respeitar os modos mais diferentes de se buscar a felicidade com a ação virtuosa e, com isso, conectar o sentido da ação humana à forma ética de vida. (DALBOSCO, 2011, p. 68)

Consciente de que a natureza exterior não depende da ação, e que esta pode ser traduzida em razão universal, a qual por sua vez ordena tudo o que existe. Rousseau tentará mostrar tudo o que não depende da ação humana. Ao fazer isso obrigatoriamente mostrará aquilo que depende da ação humana e de que esta ao seu alcance, diferenciando-se do que dele independe, como, por exemplo, a morte e a fragilidade.

A natureza torna-se assim nossa professora, isto é, torna-se fonte condutora da ação humana, porque possui a capacidade de orientar o homem frente ao medo originário brutal da morte. Sua força normativa consiste no fato de que, ao ser origem da própria razão, pode inspirar o ser humano a seguirem frente, buscando motivos que levem a superar o fato mais dramático de sua existência, a saber, de que é menos do que um pequeno ponto na infinita velocidade do tempo. (DALBOSCO, 2011, p. 71)

A Virtude necessariamente precisava traduzir o modo de ser e o modo de agir do ser humano, ligando diretamente ao hábito. Este por sua vez é responsável pela formação do caráter do ser humano que se pode traduzir como sendo a maneira de um ser buscar pela vida feliz. Encontrar a felicidade para a filosofia antiga significava equilibrar a tensão entre o prazer e a dor², entre excessos e faltas. Encontrar a justa medida através da moderação significava aproximar-se de uma vida bem vivida.

2.1 O conceito de natureza em Rousseau

Como se deve ler o conceito de natureza em Rousseau? Essa pergunta ao longo dos tempos ocupou a mente de vários de seus interpretes. Esse conceito carregaria consigo um sentido unicamente instrumental de natureza, na qual estamos acostumados a ler, por causa das ciências modernas e tecnológicas, que tendem a reduzir a natureza a tudo o que é

² Esse assunto também é tratado por Aristóteles na *Ética a Nicômaco*. Para ele o homem age de forma má por causa dos prazeres ou se acovarda abstendo-se de ações nobres por causa da dor.

perceptível através de experimentos e desejos, reduzindo-se então a natureza como sendo a flora ou a fauna ou unicamente naquilo que pode ser manuseado e transformado. Ou Rousseau esta propondo um retorno à vida do campo pelo fato da urbanização europeia de sua época apresentar vários problemas referentes ao inchaço das cidades. Certamente que o conceito de natureza em Rousseau vai muito mais, além disso.

Da tradição estoica ele preserva o sentido normativo de natureza, que por sua vez, é uma ordem bondosa e verdadeira. Do contexto moderno traz lampejos das ciências como organizações físicas constituídas por legalidades internas da qual independem de forças externas e, também do moderno Rousseau incorpora a ideia de natureza como regularidade imanente a cada coisa. Dessas duas correntes de pensamento Rousseau formula sua ideia de natureza como lei da vida em movimento, ou ainda como lei do desenvolvimento individual. Voltar-se para a natureza em Rousseau exige pensar nesse duplo movimento: a) sentido normativo que esta inerente a vertente estoica e, b) sentido científico moderno como legalidade interna. Assim resume Dalbosco o argumento:

Enfim, dessa tradição ele assume a ideia de natureza como uma ordem que é boa em si mesma. Do contexto moderno, mantém lampejos do sentido científico de natureza como organização física constituída por legalidades internas próprias, independente de forças externas que a determinariam, cuja descoberta de tais legalidades dependem basicamente da atividade epistêmica e experimental do sujeito cognoscente. Do sentido moderno, portanto, Rousseau mantém a ideia de natureza como regularidade imanente a cada coisa. (DALBOSCO, 2015, p. 2).

De primeira mão faz-se necessário abordar como Rousseau trabalha as duas fontes indicadas e como elas constituem a base para seu projeto de educação natural. Dos estoicos, entre outros conceitos, Rousseau sustenta a ideia de ordem natural, marcha da natureza, condição humana, disposição natural, vida feliz, retorno a si mesmo. Tanto Sêneca quanto Rousseau tentaram formar alunos para serem cidadãos, embora o de Rousseau seja imaginário, talvez “[...] para distanciar-se do peso corrompido do mundo real e, nessa condição imaginária de distanciamento, delinear um dever ser pedagógico na qual moral e política, homem e cidadão, podem encontrar uma linha fecunda de cruzamento” (DALBOSCO, 2013, p.13).

Entre o Lucílio de Sêneca e o Emilio de Rousseau há muitas semelhanças. Ambos tentam formar alunos para serem cidadãos através de uma pedagogia baseada no estatuto e na natureza. Os dois condenam atitudes verticais e autoritárias do preceptor, na qual estavam baseadas na educação verbal moralizante. Ambos elaboram uma critica a educação tradicional de suas épocas, firmando a ideia de formar indivíduos livres que sejam capazes de pensarem

por conta própria. Outras semelhanças residem na ideia de pensar um método pedagógico para o educando que possa evoluir do mais simples para o mais complexo, levando em conta o nível de conhecimento no qual o educando se encontra, mas que seja capaz de respeitar o amadurecimento biológico natural e moral.

Por fim, os dois pensam em uma formação humana voltada para as virtudes e para o bom governo de si, condição essa indispensável para bem governar os outros. Somente fortalecendo o caráter através de exercícios de justiça, de bondade e de cidadania o ser humano alcançaria o domínio de si, repulsando os vícios de forma decidida. Somente dessa maneira, o ser humano consegue adequar a sua ação na ordem das coisas.

É na fortaleza do caráter e no domínio seguro de si mesmo que reside o ponto de partida de exercício justo e bondoso da cidadania. No entanto, isso representa um nível elevado de moralidade que só é conquistada progressivamente, mediante a repulsa decidida dos vícios, a qual, por sua vez, depende que o homem construa uma noção adequada de seu lugar na ordem das coisas. (DALBOSCO, 2015, p.14).

Sêneca constrói seu conceito normativo de natureza estando fora do contexto platônico do *Timeu* e, ainda sem estar totalmente inserido no contexto cristão de natureza. No entanto, se por um lado ele se distancia de Platão, de outro, ele se aproxima da ideia de um criador do universo e de certa forma liga a ação humana a esse mesmo criador, sendo que essa descoberta depende de vincular a condição humana na ordem cósmica através da contemplação racional e do domínio de si. Agir de acordo com a natureza possui uma grande implicância em ser virtuoso para que sua ação seja boa. Desta maneira Rousseau é considerado por Dalbosco (2013) um pensador moderno de alma antiga. Da fonte moderna Rousseau tratará o conceito de natureza como mundo físico. Compreender o conceito moderno de natureza implica num esforço permanente de desteologização da física, iniciado no final da idade média, cruzando todo renascimento e se estendendo até o final do século XVIII. É um longo processo que delineia de forma progressiva a história física do mundo, deixando de lado as variantes dos dogmas religiosos. Progressivamente foi se conquistando vários campos do saber humano, entre eles a geologia, por exemplo, que no seu desenrolar praticamente eliminou os relatos bíblicos da criação. Ainda neste século ocorre de forma acirrada uma reação ao pensamento escolástico. Reação esta hoje revisada por muitos estudiosos que vão encontrar na idade das trevas, onde a razão esta totalmente submissa à autoridade, algo de positivo como o nascedouro da filosofia moderna e das ciências. Neste contexto a ideia de natureza interliga-se a um duplo sentido que leva em conta de um lado a filosofia e por outro os conhecimentos científicos. A natureza deixa de ter uma relação de

serviços à divindade e passa a igualar-se com ela adquirindo poderio de dar-se forma e desenvolver-se a si mesma. Passa a não ser mais algo que vem de fora como causa motriz primeira sobre a matéria, mas transforma-se como força inerente ao próprio movimento. A partir dessa transformação a natureza passa a ser compreendida como potencia, não tendo mais necessidade de ser prescrita por um legislador de fora. Ela se torna auto suficiente.

A ideia de imanentização de natureza é considerada por vários intelectuais envolvendo filósofos e cientistas ao ponto de provocar vários conflitos no campo da política da religião e dos poderes instituídos. A ideia de imanentização revolucionou a maneira de pensar e também contribuiu para cimentar os conceitos mecanicistas e materialistas de natureza. Ainda que ligado à magia, colaborou para descobrir a regularidade constitutiva de natureza e aos poucos foi configurando a base empírica e a legalidade interna que constitui o mundo dos fenômenos, resultando disso a própria autonomia do entendimento.

Como se pode ver, a imanentização do conceito de natureza põe a subjetividade como centro e referencia da nova ordem. Tal processo culminará mais tarde, como Kant, logo depois de Rousseau, na ideia de natureza com uma ordem de regularidades constituídas pela ação do próprio sujeito: “como conjunto de todos os fenômenos (*natura materialiter spectata*)”, a natureza é resultado da atividade sintetizadora do sujeito cognoscente (Kant, 1998, p.186 – *KRV*, B 163). Neste sentido, se estabelece uma relação intrínseca entre natureza e entendimento, pois o conhecimento das formas de funcionamento daquela depende cada vez mais do engenho e das operações do entendimento. (DALBOSCO, 2015, p.7).

Do período que antecedeu Kant pode se destacar a filosofia iluminista, na qual esta contribuiu fornecendo alguns ditames para o princípio da imanência tanto para a natureza quanto para o conhecimento. Onde há todo um esforço para que os princípios do conhecimento sejam validados por si mesmo. Neste contexto, a ideia de imanentização traçará uma espécie de geografia da mente humana, onde conhecer passa a ser a representação de mecanismos mentais de forma sofisticadas do próprio mundo dos fenômenos. Nesta nova perspectiva o conceito de natureza moderno passa a ter um sentido metafísico da subjetividade, onde natureza e sujeito formam uma única unidade, constituída por regularidades que são imanentes deixando, no entanto, o sentido de vem de fora. Sendo assim Rousseau tira do conceito de natureza o peso da teologia escolástica ainda que de forma ambígua, pois a teologia medieval e a fé cristã certamente também influenciaram Rousseau em seu conceito de natureza.

Rousseau configura a ideia de natureza como sendo mundo físico constituído por regularidades internas onde o conhecimento inicia-se pelos sentidos e não pela razão. Dessa

forma reafirma-se que o processo de ensino e aprendizagem a ser desenvolvido com crianças, obrigatoriamente, precisa começar com a educação dos sentidos. “Exercitar os sentidos não é apenas fazer uso deles, mas aprender a bem julgar através deles é aprender, por assim dizer, a sentir; pois nos não sabemos nem tocar, nem ver, nem ouvir a não ser da maneira como aprendemos” (ROUSSEAU, 2004, p.160).

3 Contribuições de Rousseau para a pedagogia atual

Rousseau publicou o *Emilio* em 1762 e o tema que moveu o Emilio, e deu vida a esse personagem, move até hoje na atualidade a filosofia e a pedagogia. Rousseau elaborou um modelo metodológico onde ele descreveu as feições da infância e ao mesmo tempo denunciou o descaso sobre esse assunto em que vivia a sociedade europeia de sua época. Através de seu aluno imaginário ele firma alguns pressupostos para a educação natural de modo que consiga preservar toda a inocência da infância e as virtudes do estado de natureza, na qual é dita, como sendo bondade inata do homem. E o homem para conservar tal bondade precisa encontrar formas de associar-se na mesma ordem natural. A criança precisa ser inserida aos poucos no mundo, contribuindo assim, pra um novo modelo de socialização baseados em critérios de moralização, em que a educação de sua época não conseguia atingir.

Ao propor uma educação de acordo com a natureza Rousseau inova e revoluciona a educação assumindo uma frente de oposição para a educação jesuíta de sua época. Ele apresenta uma nova proposta educacional na qual valoriza a liberdade, bem como o desenvolvimento das faculdades da criança. Educando conforme a natureza Rousseau compreende como sendo uma educação voltada para o amor e para o domínio de si.

A única paixão natural ao homem é o amor de si mesmo, ou o amor- próprio tomando em sentido amplo. Este amor- próprio tomado em sentido amplo. Este amor próprio, em si ou relativamente a nos, é bom e útil, e, como não tem relação necessária com outem, é a esse respeito naturalmente indiferente. (ROUSSEAU, 2004, p. 95)

Essa é uma das razões para Rousseau fazer sua crítica a educação de sua época pelo fato de que a criança, em seu ponto de vista, era tratada como um ser defeituoso, ou seres inferiores. Esse tratamento era dado para as crianças pela sociedade burguesa de sua época, mas também, pelas instituições educacionais que funcionavam em regime de internato ou não. A tentativa das instituições em geral era tirar as crianças desse mundo inferior e, para isso elas eram obrigadas a desempenhar tarefas dos adultos muitas vezes de forma rígida impostas

pelas instituições clericais. Uma pequena minoria recebia instruções particulares com preceptores, professores, na qual esses já tentavam respeitar as fases de desenvolvimento cognitivo. Mas a grande maioria ao realizar atividades dos adultos já era submetida ao mundo dos vícios oriundos tanto da formação quanto do trabalho que deveriam realizar. Dentro de um mundo confuso onde crianças e homens comungavam dos mesmos prazeres e desprazeres, certamente o amargo do desprazer era mais evidente e acentuado nas crianças. Rousseau percebeu então, que as fases cognitivas de desenvolvimento dos seres humanos deveriam ser respeitadas. Dessa mesma forma também foi um dos pioneiros a questionar sobre a consistência da sabedoria humana e sobre como equilibrar as faculdades e desejos para alcançar a verdadeira felicidade. Para Dalbosco, somente aproxima-se de uma vida feliz quem consegue se auto determinar.

O domínio de si mesmo é um aprendizado que corre por meio da consciência progressiva sobre o poder e a magnitude na ordenação causal cósmica e sobre força normativa que tal ordem pode exercer na construção e coordenação da construção humana. O confronto com tal ordem permite o homem distinguir entre o que depende de sua ação e o que esta além de seu poder. (DALBOSCO, 2011, P.92)

Rousseau inaugura assim, um novo modo de ver a infância e a adolescência. Caso essas etapas do desenvolvimento humano fosse respeitada de acordo com a ordem da natureza o homem adulto seria um novo homem. Rousseau torna-se assim um dos pioneiros na compreensão de que o ser humano deve ser respeitado nas diferentes etapas de sua formação e da maturação cognitiva com a dignidade de ser humano.

3.1 Respeito pelas fases do desenvolvimento natural

O esforço de Rousseau é para compreender a criança no próprio mundo de criança e de deixar de ver a criança a partir do mundo adulto. Cabe nos perguntar aqui sobre a possibilidade real de se colocar no lugar da criança para a partir daí reformular o processo pedagógico de acordo com o mundo da criança, já que esse mundo sempre será pensado por adultos. Sem dúvida, isto trará alguns problemas.

O problema consiste em saber, portanto, se com tal projeto ele não estaria determinando prévia e até autoritariamente à criança, por meio da ação do adulto, aquilo que ela deveria conquistar livre e criativamente e, uma vez ocorrendo isso, seu projeto usurparia da criança o aspecto livre e espontâneo de seu desenvolvimento. A questão desconcertante reside em saber o que garante

legitimidade ao próprio ideal de autonomia vertido ao mundo da criança, uma vez que ele é claramente uma formulação adulta. (DALBOSCO, 2011, p. 142)

Na análise crítica de Dalbosco parece ficar claro algumas tensões específica do projeto de educação natural proposto por Rousseau, com forte reflexo, no modelo pedagógico moderno e atual que vertem dessas mesmas influências. Certamente todas as ações pedagógicas que visam à formação moral e política do ser humano se depara com essa objeção. Pois ao apresentar para o mundo das crianças ideias de autonomia e emancipação elas se transformam na propedêutica que por sua vez modela o mundo do adulto na criança, tirando-lhe a liberdade de sua própria autonomia.

O mérito dessa objeção consiste em apontar para o perigo imaneente ao diretivismo exagerado e, com ele ao autoritarismo exercido pelo aluno em relação à criança e o problema da modelagem de seu comportamento de acordo com a vontade adulta e, sobretudo, de acordo com ideais de maioria impostas de fora ao mundo da criança. (DALBOSCO, 2011, p. 142)

O esforço de outro lado é, para não cair no espontaneísmo pedagógico, pois seria tão maléfico quanto o diretivismo para o desenvolvimento da criança. Aqui ela poderia aguçar seu individualismo e o desejo de escravizar e dominar tudo o que estivesse em sua volta. Como que se auto determinaria uma criança sem a direção de um adulto? Caso ela ainda não possua domínio inteiramente de suas potencialidades e racionalidades? Por outro lado sabe-se que a condução sempre implica em uma ação mediada com ideias vinda de fora. Para esse problema Dalbosco sugere o seguinte:

Talvez se pudesse formular aqui, antecipadamente, com base no conteúdo da educação natural, uma exigência pedagógica: contra o autoritarismo pedagógico e a favor da socialização democrática, a educação natural precisa mostrar o quanto é importante que a criança seja e respeitada no seu próprio mundo. Mas, contra o espontaneísmo pedagógico e para que tal socialização seja alcançada, ela deve deixar claro também o quanto a intervenção do adulto é decisiva no sentido de educar a liberdade desregrada da vontade da criança, indicando limites à sua ação no mundo, contribuindo, deste modo, à formação, conflitivamente sadia, da indispensável relação da criança consigo mesma e com os outros (DALBOSCO, 2011, p. 143).

Para Rousseau, a relação criança e adulto deve ser de total autonomia onde nenhuma de ambas as partes escravize a outra. Mas para que seja possível à liberdade de ambas precisa ser bem regrada. Não é possível existir liberdade em Rousseau sem há necessidade de regras bem definidas. A pedagogia atual é tributária dessa vertente oriunda no *Emilio ou da Educação*. Vislumbra-se aqui o quanto o filósofo foi crítico em relação à formação de sua

época e da crença iluminista que via na razão o único meio para a evolução da humanidade. Há vários indícios de que Rousseau ataca o poder exagerado da razão, derivando-se desses lampejos, uma aproximação com os pensadores de sua época e, ao mesmo tempo uma distância. Cabe-nos perguntar aqui qual iluminismo Rousseau defendia? E intrínseco a isso como ele articula seu projeto pedagógico? De antemão pode-se considerar algumas interpretações que colocam Rousseau como otimista, como positivista ou ainda, como um dialético da razão.

A maneira mais adequada de entender sua originalidade no campo pedagógico consiste em concebê-lo, não como um defensor entusiasmado do poder emancipador da razão humana e tão pouco como um primitivista adepto do mito do bom selvagem, mas como um crítico da Razão que defende o regresso á natureza como retorno a interioridade humana. È como crítico da razão que pôde avaliar o modo como as crianças eram tratadas em sua época e, ao mesmo tempo justificar a importância pedagógica de serem respeitada como criança, isto é, em seu próprio mundo (DALBOSCO, 2011, P. 113).

Dos desdobramentos dessa compreensão somos levados a adentrar naquilo que muitos estudiosos de sua teoria comungam como bom termo: O iluminismo pedagógico rousseauiano. Aqui Rousseau apresenta a tensão existente entre o amor de si e o amor próprio, ou seja, entre dar a atenção às paixões doces ou as paixões odientas. Dentro desse confronto o ser humano deve ouvir a sua interioridade, e também a voz de sua consciência. Rousseau visualiza no ser humano a possibilidade de regar sua própria socialização sem perder a liberdade natural. Em Dalbosco lemos:

Neste sentido, liberdade bem regrada significa mais do que o agir segundo uma vontade particular (livre arbítrio), pois, enquanto autonomia, ela é a vontade de agir mediante leis. A liberdade bem regrada (liberdade moral) significa, pois, o domínio de si mesmo e dela brota, como veremos adiante, o “cuidado de si” como núcleo da autenticidade do caráter (2011, p.130).

A autêntica ação humana é vista no Emilio através da liberdade moral e essa autenticidade poderia ser assegurada desde que o ser humano fosse bem assistido desde a sua fase inicial. Educar de acordo com a natureza passa a ser a condição para formação do bom caráter através do uso correto da razão. A razão assume destaque e passa a ser defendida pelos pensadores através de duas óticas distintas. De um lado os otimistas que acreditavam que ela junto com as ciências balizariam a direção certa para renovar toda a política e a sociedade, deliberando uma esperança exagerada no poder da ciência e da razão. E, de outro lado, alguns pensadores eram assombrados por um pessimismo ao vislumbrarem da confiança exagerada

da razão e da ciência catástrofes social angustiante. Diante desse quadro Rousseau se mostra um pensador menos sistemático e mais modesto. Nele a razão deixa de ser governo dos princípios, ou essência absoluta das coisas e passa a ser compreendida como força capaz da provocar ação e mudança, tanto para o bem quanto para o mal. Por essa razão toda a ação deve ser esclarecida através do projeto de educação natural.

Ele passa pela busca da autenticidade com base no acordo da subjetividade consigo mesma. Este pensamento Rousseau expressa, inequivocamente, em muitas passagens do Emilio, colocando na base geral de seu projeto de educação natural. O “natural” de seu projeto consiste, neste caso, em fazer seu educando Emilio ser aquilo que é, movendo-se por pensamentos próprios, sem se deixar influenciar exagerada e irrefletidamente pela opinião dos outros. Portanto, para evitar o artificialismo do mundo das aparências e para construir a autenticidade de seu modo de ser, Emilio de ser formado a evitar a comparação excessiva e permanente com os outros ou, uma vez que tal comparação é inevitável, ele precisa dar-lhe um conteúdo moral sustentado na autenticidade do “si mesmo” (DALBOSCO, 2011, p.131).

Pelo viés dessa visão Emilio acentua uma educação que se volta para a autenticidade subjetiva do ser humano em sua formação, desembocando em uma formação que contemple uma ação educativa na qual visa formar o homem primeiramente para ser homem, indo dessa forma na contra mão do que apregoava a educação de sua época. Um homem a frente de seu tempo conseguia vislumbrar que com o avanço das ciências a formação humana poderia voltar-se para técnicas direcionadas unicamente para o trabalho e não para os cuidados de si. Uma educação voltada para os cuidados de si não significa, em hipótese alguma, uma negação para a sociabilidade.

Tal cuidado deve iniciar pela busca constante de equilíbrio. Na ação do infante, entre seus desejos incessantes e as faculdades de que dispõe para saciá-los. Isto é Emilio deve ser educado, desde sua primeira infância, para conhecer e desenvolver suas potencialidades, aprendendo a obedecer aos limites postos pelo meio natural e histórico que o circunda. Nesta aprendizagem de infância, a natureza é a grande mestre e o adulto (educador) é o mediador entre ela e o educando (DALBOSCO, 2011, p.134).

Defensor assíduo de que a criança aprende mais pelos sentidos do que pela razão projeta sua teoria de educação natural na ideia de fortalecimento do corpo e refinamento dos sentidos. Ao começar o processo de ensino pela razão corre-se o risco de cair no moralismo pedagógico e de ensinar aquilo que não está na maturação psíquica para um bom aprendizado. Em Rousseau o respeito pela maturação biológica e psíquica deve ser respeitado de tal forma a nunca tirar da criança a alegria de ser criança.

Se começarmos pela razão na educação das crianças, além de cairmos facilmente no moralismo, podemos ensinar coisas que estão além de sua capacidade de aprendizagem, tornando o ensino enfadonho e sem resultados. De outra parte, como sentido normativo da educação natural, tal princípio revela que a formação moral do caráter deve ser precedida pela formação do corpo robusto e pelo desenvolvimento refinado dos sentidos educando (DALBOSCO, 2011, p.135).

Parece não ser exagerada a proposta de Rousseau no que tange a educação natural se olhar seu princípio pedagógico sob novo conceito de infância. O que ele sugere é um novo tratamento de respeito para as crianças em seu próprio mundo e uma ruptura clara com educação clerical. Por outro lado, em sua sugestão, não está o diretivismo ou espontaneísmo pedagógico pela condução mediada de forma responsável pelo adulto. Em Dalbosco lemos:

Mas, contra o espontaneísmo pedagógico e para que tal socialização seja alcançada, ela deve deixar claro também o quanto à intervenção do adulto é decisiva no sentido de educar a *liberdade desregrada* da vontade da criança, indicando limites à sua ação no mundo, contribuindo, desse modo, à formação, conflitivamente sadia, da indispensável relação da criança consigo mesma e com os outros (DALBOSCO, 2011, p.143).

A relação de autonomia sugerida por Rousseau vislumbra mediação, respeito mútuo entre educando e educador, entre criança e adulto. Todos os cuidados do adulto em relação às crianças devem ser para prevenir que elas caiam no vício. Todo esforço do adulto deve voltar-se para percepção do que é natural na criança, das necessidades verdadeiras daquilo que é fantasia. Adentrando nesta esfera podem-se visualizar alguns pontos cruciais em sua pedagogia. Rousseau através de sua obra *Emílio ou da Educação* abre um leque de possibilidades novas para pensar a educação e desenvolver o ser humano, respeitando todas as fases do desenvolvimento cognitivo e da vida humana. Isso faz com que sua teoria para educação seja um marco de mudanças no pensamento dos educadores, dos teólogos, dos religiosos, e sobre tudo da pedagogia moderna. Com Rousseau inaugura-se um novo tempo, reinventa a ideia de ensinar e aprender e dá os ditames para um novo conceito de infância modificando todo o pensamento pedagógico vigente em seu tempo.

Respeitar a infância e não vos aprezeis em julgá-la, quer para bem, quer para mal. Deixai as exceções se resolverem, se provarem, se confirmarem muito tempo antes adotar para elas métodos particulares. Deixai a natureza agir bastante tempo antes de resolver agir em seu lugar, temendo contrariar suas operações (ROUSSEAU, 2004, p.119).

O intelectualismo pedagógico, modelo de educação vigente em sua época na qual via a criança como um adulto em miniatura receberá críticas duras de Rousseau. Convicto em sua

percepção que nos primeiros anos de vida o ser humano aprende mais pelos sentidos que por discursos racionais coloca em cheque todo modelo posterior de pedagogia. Segundo Dalbosco, a razão não está no início do processo educativo tão pouco ainda nos discursos moralizantes. Nele lemos:

A educação pelas coisas deve substituir os longos discursos, muitas vezes moralizantes e agressivos dos adultos. Com isso temos que a ênfase na educação da primeira infância não recai sobre a educação discursiva e, por isso, também não pode ser levado a diante, de modo direto e exclusivo, negociação argumentativa do adulto com a criança (2011, p. 175).

Sob o ponto de vista dessa nova proposta pedagogia Rousseau propusera um novo modelo onde coloca o aluno como sujeito do seu próprio aprendizado, contrariando todo processo pedagógico de sua época que via no aluno unicamente um receptor de informações. Seu modelo pedagógico é acrescido do jogo, da brincadeira, aproximando dessa forma maneiras específicas de aprendizado para cada fase do desenvolvimento do infante. Portanto seu projeto pedagógico repousa no respeito da criança em seu próprio mundo. Implica em questionar o que se ensina e o que se aprende.

Esse aspecto remete-nos a assumir uma nova ideia de homem, assim como, uma nova ideia de educação: De homem, pelo fato de nascer livre, mas viver acorrentado, corrompido pelo contexto social e pelas aparências. De educação porque somos levados a pensar no que é específico de cada faixa etária do desenvolvimento cognitivo. Exemplificando, o específico da infância reside no fato de a criança ser sensível e não razão intelectual. Dessa teoria emana a ideia de que processo de aprendizado é uma via de mão dupla. Nas palavras de Dalbosco:

Desse modo, o desafio de uma teoria educacional atualizada consiste em aprender o dinamismo orgânico da relação pedagógica na qual o professor, além de ensinar, também aprende, e o aluno além de aprender, também ensina. Essa constatação aparente trivial implica, no entanto, uma profunda transformação na maneira de pensar e também no modo de proceder pedagogicamente (DALBOSCO, 2010, p. 51).

Daqui verte duas implicações pedagógicas diretas, uma relacionada ao educador e outra relacionada ao educando: a) Educador: precisa saber fazer a distinção adequada entre intervir e deixar acontecer; precisa de formação para fazer essa intervenção; tem a necessidade de conhecer o aluno e o ambiente sócio natural para fazer essa intervenção (Por outro lado precisa encontrar uma postura adequada para agir intervindo e deixando acontecer); e b) Educando: precisa ter o ambiente necessário e adequado para poder

manifestar suas disposições naturais, isto são suas potencialidades e faculdades de modo que consiga pensar por conta própria fortalecendo seu corpo e refinando seus sentidos.

4 Conclusão

Em fim, conduzir a educação do ser humano pelo caminho da natureza, deve-se levar em conta a ideia de natureza bem regrada, constituindo o ideal normativo regulador da pedagogia esboçado por Rousseau que demonstra o papel que o adulto deve exercer na formação do ser humano até a chegada da vida adulta. Toda a ação pedagógica deve ser orientada de forma que seja respeitada a criança no seu próprio mundo. Convém aqui pensar qual é o sentido mais apropriado para caracterizar a educação baseando-se no projeto natural, e dessa forma abrir possibilidades para compreender o processo de formação humana especificamente no contexto de Rousseau, tendo em vista a responsabilidade que recai sobre o adulto neste processo formativo de seres humanos, mesmo cientes de que todo o seu discurso não chega alcançar uma resposta definitiva. O esforço reside na tentativa de identificar e contornar dificuldades pedagógicas na relação criança e adulto, e sem medo de pecar, pode-se valer de alguns argumentos de Rousseau para mostrar o nexos indissolúvel nesta relação criança e cuidados do adulto.

Outro bom argumento sob esse ponto de vista reside no princípio pedagógico de educação pelas coisas, cuja tensão volta-se para o desenvolvimento das disposições naturais com o recurso da arte e da encenação. A questão aqui é desvendar até onde a encenação e arte corresponde efetivamente à educação natural. Rousseau se vale desse artifício para reforçar o caráter do seu aluno Emilio. Daqui emerge a grande questão. Como combater o artificialismo por meio de um recurso artificial? Talvez seja por essa razão que Rousseau enfatiza mais o exemplo do educador do que para as outras manifestações como o discurso e ações moralizantes ou até mesmo a agressão física ou verbal.

Dentre outros argumentos ainda podemos destacar de forma evidente a ideia de liberdade bem regrada, de onde emerge a tensão entre liberdade e o próprio caráter coercivo da regra. Cabe nos perguntar como educar alguém para ser livre mediante o caráter de coerção impostos pela própria regra? Por outro lado pode-se afirmar sem medo que o estado de natureza de Rousseau não se resume no homem primitivo, então se questiona, sobre a bondade do homem em seu estado natural. Se ele já é bom por natureza, haveria a necessidade de educá-los? Das linhas da obra Emilio ou da educação surgem essas questões, e dentre

muitas interpretações diferentes há uma unanime: Desde o começo até o fim de sua grande obra o principal foco é de formar homens, capazes de cultivar neles a própria humanidade. Por essa razão temos em Rousseau inserido na ideia de formação humana uma exigência de forma capital que é a presença do outro. A exigência pedagógica de Rousseau volta-se para formação de si mesmo, para bem viver com os outros.

Levando em conta essa proposta pedagógica a autoridade do educador deverá passar despercebida pelo aluno, ou seja, quanto menos seja notada a autoridade do educador mais eficiente ele se torna. Então Rousseau em sua tese condenará todo o autoritarismo bem como o verticalismo. Como ninguém consegue se formar educativamente sozinho é uma exigência de sua teoria o reconhecer-se no outro, e ainda mais que isso, colocar-se no lugar do outro. A condição de Rousseau para bem formar seu aluno, é fazer com que ele consiga viver bem consigo mesmo e com seus semelhantes. O esforço do educador deve ser primeiramente de proteção do aluno dos vícios, para depois ensinar as virtudes, desde que seja preservada, a criança em seu próprio mundo e, que sejam criadas condições favoráveis para que elas desenvolvam suas faculdades e potencialidades preservando a liberdade e maturação cognitiva. Toda a educação deve conduzir o aluno para se auto legislar, tomando por conta própria suas decisões, e mais que isso responsabilizar-se por elas.

Referências bibliográficas

ROUSSEAU, Jean-Jaques. *Emílio ou da Educação*. Martins fontes. São Paulo, 2004.

DALBOSCO, Cláudio Almir. *Educação Natural em Rousseau: das necessidades da criança e dos cuidados do adulto*. Cortez: São Paulo, 2011.

DALBOSCO, Cláudio Almir. *Pragmatismo, teoria crítica e educação*. São Paulo: Autores Associados Ltda., 2010.

DALBOSCO, Cláudio Almir. *A ideia da natureza*. Passo Fundo, 2015. (Artigo não publicado).

SÊNECA, Lúcio Aneu. *Da vida feliz*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.